



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Relatório de Gestão

Apresentação:

Com o objetivo de atender ao disposto na Instrução Normativa nº 028/2013 de 26 de novembro de 2013, do TCEES, que dispõe sobre a prestação de contas anual, apresentamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013 da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que tem como finalidade permitir uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho dos atos de gestão acerca das características orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e de ordem administrativa, praticados por este Presidente, o qual segue:

1. Gestão Orçamentária

Quanto à execução orçamentária do exercício de 2013, destacamos que o Orçamento Anual aprovado para a Câmara Municipal foi de R\$ 10.385.287,78 (dez milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).

No decorrer do exercício foram realizadas suplementações referentes a excesso de receitas, concedidas através de Decretos no valor total de R\$ 1.619.290,44 (um milhão, seiscentos e dezenove mil, duzentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos). Totalizando um montante de R\$ 12.004.578,22 (doze milhões, quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

No Balanço Orçamentário identificamos as Receitas e Despesas Orçamentárias previstas em confronto com as realizadas, como previsto na Lei 4.320/64, art. 102, sendo esta a Demonstração Contábil que constitui o resultado final do sistema de informações orçamentárias existentes na Câmara Municipal.

1.1. Despesa Fixada e Executada

Quanto ao desempenho da despesa, considera-se economia aquela que resulta da execução abaixo da fixada. No exercício financeiro 2013, houve uma economia de despesa no valor de R\$ 410.718,44 (quatrocentos e dez mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO		VALOR
Despesa Fixada	R\$	12.004.578,22
Despesa Executada	R\$	11.593.859,78
Economia de Despesa	R\$	410.718,44

1.2. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário demonstra o efetivo desempenho do orçamento, ou seja, compara as receitas realizadas com as despesas executadas. O superávit orçamentário demonstra que houve sobra de recursos orçamentários e que ocorreu em decorrência de economia de despesa.

2. Gestão Financeira

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Desta forma, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, o total de ingressos financeiros (orçamentários e extra-orçamentários) e o total dos dispêndios financeiros (orçamentários e extra-orçamentários) no período.

O Resultado Financeiro superavitário apurado no exercício financeiro de 2013 foi de R\$ 410.751,89 (quatrocentos e dez mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO		VALOR
Ativo Financeiro	R\$	1.186.947,00
Passivo Financeiro	R\$	776.195,11
Superávit Financeiro	R\$	410.751,89

3. Gestão Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de

contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes afirmações:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos;

Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir ou não afetar o patrimônio.

Trata-se de um demonstrativo estático, pois as informações prestadas são de determinado momento específico, ou seja, consta como está formado o patrimônio, no dia em que o balanço é emitido.

Das informações que podemos extrair do Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2013, podemos destacar:

O Patrimônio Líquido da Câmara Municipal em 31/12/2012 era negativo em R\$ 1.634.147,92 (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos). Já em 31/12/2013, o patrimônio líquido é negativo em R\$ 1.000.628,89 (um milhão, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), tendo no exercício de 2013, um resultado positivo de R\$ 633.519,03 (seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e dezenove reais e três centavos).

4 – Gestão Fiscal

4.1 Relatório de Gestão Fiscal

Relatório de Gestão Fiscal se constitui como um conjunto de demonstrativos que evidencia a obediência aos limites estabelecidos pela LRF, bem como pela Constituição Federal/88, devendo ser publicado periodicamente a cada quadrimestre do ano.

No exercício de 2013 foram apurados os seguintes limites:

Despesa líquida com pessoal -	R\$	7.728.947,52
Contribuições Patronais -	R\$	991.382,37
Total da Despesa -	R\$	8.720.329,89

Receita corrente líquida -	R\$	301.440.251,56
Limite Máximo – art. 20, LRF - 6% -	R\$	18.086.415,09
Limite Prudencial- art.22, LRF – 5,7%-	R\$	17.182.094,34
Duodécimo recebido no exercício -	R\$	12.004.578,22
Despesa com folha de pagamento -	R\$	7.728.947,52 - 64,38%
Despesa com subsídio dos Vereadores-	R\$	1.457.476,80

Desta forma, afirma que a gestão do exercício de 2013 está em conformidade com todos os limites existentes tanto na LRF, quanto na Constituição Federal/88.

5 – Gestão de Ordem Administrativa

Cabe aqui ressaltar as providências administrativas tomadas ou planejadas para o Exercício de 2013, cabe também asseverar no âmbito administrativo, próprio da gestão, ou seja, os atos que a Presidência realizou como objetivo de sua gestão, ou aqueles vislumbrados.

Inicialmente, ressalta o posicionamento em determinar uma redução nos custos e nos gastos da Câmara, em relação ao ano anterior. Assim, buscou economizar em todos os aspectos, como, nos gastos com telefonia, impressão, combustível, matérias de consumo, dentre outros.

Foi buscado junto a Assembléia Legislativa a possibilidade de instalação de ponto da TV Assembléia em Cachoeiro de Itapemirim para atender a Câmara Municipal e quando possível, a instalação da TV Câmara. Ou seja, é desejo desta Presidência a instalação da TV Câmara para atender e divulgar as atividades do Poder Legislativo em âmbito municipal. Desta forma, dar ainda mais transparência aos atos.

Buscou capacitar os servidores que compõem a Comissão Permanente de Licitação, bem como a Controladoria Interna. Para assim, tornar a gestão mais eficiente e eficaz quanto ao dispêndio de recursos público.

Estamos estudando a possibilidade de efetivar a Escola do Legislativo Municipal, ou até mesmo, viabilizar um convênio junto a alguma escola pública de treinamentos, com o objetivo de capacitar todos os servidores da Câmara.

Iniciamos um estudo para viabilização de modernização no nosso campo tecnológico, para atender as necessidades da Casa e as exigências das legislações em vigor e assim, otimizar os trabalhos, dar transparência total e interagir com a população, dentre outros benefícios.

Está planejado uma reforma no imóvel da Câmara com o intuito de criar um espaço exclusivo para os Vereadores, pois assim, terão mais privacidade para o atendimento dos cidadãos/eleitores. O projeto encontra-se na Secretaria Municipal de Obras para planilha e orçamento.

Porém, vale asseverar que a gestão do exercício de 2013 foi bastante prejudicada em virtude do desvio de dinheiro público ocorrido. Desvio este que foi imediatamente denunciado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, onde foi requisitado de pronto a realização de uma auditoria extraordinária Processo TC nº 8247/2013, bem como foi aberta a Tomada de Contas nº 01/2013 – Processo nº 12.106/2013 pela própria Câmara, onde trabalhou diretamente com o TCEES e ainda, foi instalado o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2013.

Isto posto, conclui-se que apesar do ocorrido (desvio de dinheiro), a gestão administrativa da Câmara Municipal no exercício de 2013, foi positiva, mas espera-se concluir os projetos e atos não realizados, no exercício de 2014, com um compromisso assumido por esta Presidência.

JÚLIO CESAR FERRARE CECOTTI

Presidente